

Plano de Atividades 2016

SEF: Motivados pelo Futuro

Portal: www.sef.pt

Legispedia SEF: <https://sites.google.com/site/leximigratoria/>

Facebook: <https://www.facebook.com/servicodeestrangeirosefronteiras>

Ficha Técnica

Título: Plano de Atividades do SEF de 2016

Autoria: GEPF – Núcleo de Estudos, Planeamento e Documentação

Contactos

**Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Av. do Casal de Cabanas,
Urbanização Cabanas Golf, N.º 1, Torre 3, Piso 2
2734-506 Barcarena, Oeiras**

**Telefone: 214 236 000 / 965 903 600
Fax: 214 236 640
E-Mail: sef@sef.pt
Sítio Internet: www.sef.pt**

O GEPF agradece o apoio e colaboração prestada pela Direção do SEF e por todas as unidades orgânicas do Serviço, sem a qual a elaboração deste documento não teria sido possível.

Mensagem da Diretora Nacional do SEF

A salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos e da segurança interna do país constituem os valores fundamentais na atuação global e equilibrada adotada pelo SEF.

No contexto internacional, a dimensão das migrações assume cada vez maior preponderância, quer no âmbito da migração económica, familiar e de educação, quer na resposta solidária, responsável e ativa à proteção de cidadãos vulneráveis perante crises humanitárias. Também o enquadramento de segurança global, complexo e sofisticado coloca inúmeras ameaças e riscos às sociedades contemporâneas. Ora, o SEF enfrenta, assim, um quadro de transformação e evolução repleto de oportunidades na consolidação e afirmação enquanto serviço de imigração de excelência, reconhecido a nível nacional e internacional.

Para a resposta a estes desafios, o SEF empreenderá uma ação consistente, abrangente e humanista enquanto serviço de segurança que atua na bissectriz das políticas de imigração e asilo, de segurança interna e de prevenção e repressão criminal.

Com reflexo nos vectores estratégicos, serão valorizadas as medidas tendentes à modernização e promoção da eficácia, o reforço e qualificação de todos os colaboradores do SEF (carreira de investigação e fiscalização, carreiras técnicas que apoiam a atividade operacional e as que garantem a gestão e administração do Serviço), a cooperação estratégica e operacional a nível nacional e internacional, a intensificação da atuação e melhoria da qualidade dos serviços de migração.

Ciente das dificuldades que enfrentamos, é com o brio, com as qualidades profissional e humana, com o empenho e abnegação que caracterizam os colaboradores do SEF, que conseguiremos, juntos, prosseguir as nossas atribuições e prestar à nossa sociedade e aos nossos concidadãos um serviço público de qualidade e confiança.

Luísa Maia Gonçalves

APRESENTAÇÃO

O Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, determina a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Atividades, o qual deve discriminar os objetivos a atingir, programas a realizar e recursos a utilizar, constituindo um documento de fundamentação da proposta de orçamento.

O Plano de Atividades que ora se apresenta, recebe assim a designação de “Versão Orçamento”, uma vez que o citado diploma preconiza a correção do plano de atividades após a aprovação final da Lei do Orçamento.

O Plano de Atividades do SEF para 2015 procura dar cumprimento à estrutura estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, contemplando os seguintes capítulos:

- I. Nota Introdutória
 1. Ambiente Interno – o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
 2. Caracterização do Ambiente Externo
 3. Beneficiários do SEF e Serviços Prestados
 4. Síntese da envolvente externa e interna do SEF (Análise SWOT)
 5. Processo de elaboração do plano
- II. Objetivos e Estratégias
 1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo
 2. Orientações para as unidades descentralizadas (Unidades Homogéneas)
- III. Atividades Previstas e Recursos
 1. Recursos envolvidos
 2. Plano de Formação
- IV. Anexos

I – NOTA INTRODUTÓRIA

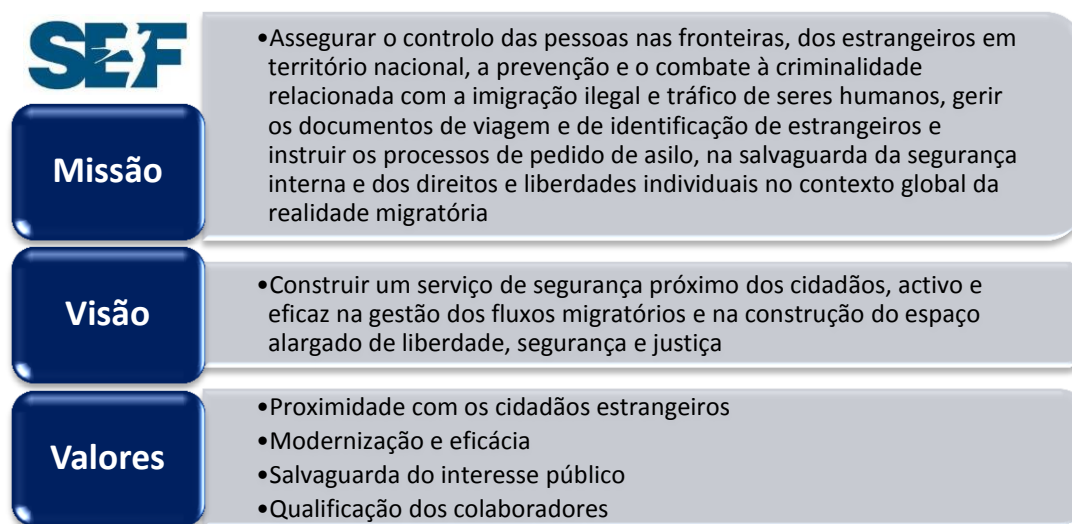
1. Ambiente Interno – o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

1.1 Âmbito, missão, visão e valores

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é um serviço de segurança integrado no Ministério da Administração Interna (MAI). No quadro da política de segurança interna, tem por objetivos fundamentais assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos, promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com estas atividades e com os movimentos migratórios, gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e proceder à instrução dos processos de pedido de asilo (figura 1).

A nível internacional, o SEF assegura, por determinação do Governo, a representação do Estado Português nos grupos de trabalho da União Europeia, bem como em organizações ou eventos internacionais relativos à sua área de atuação.

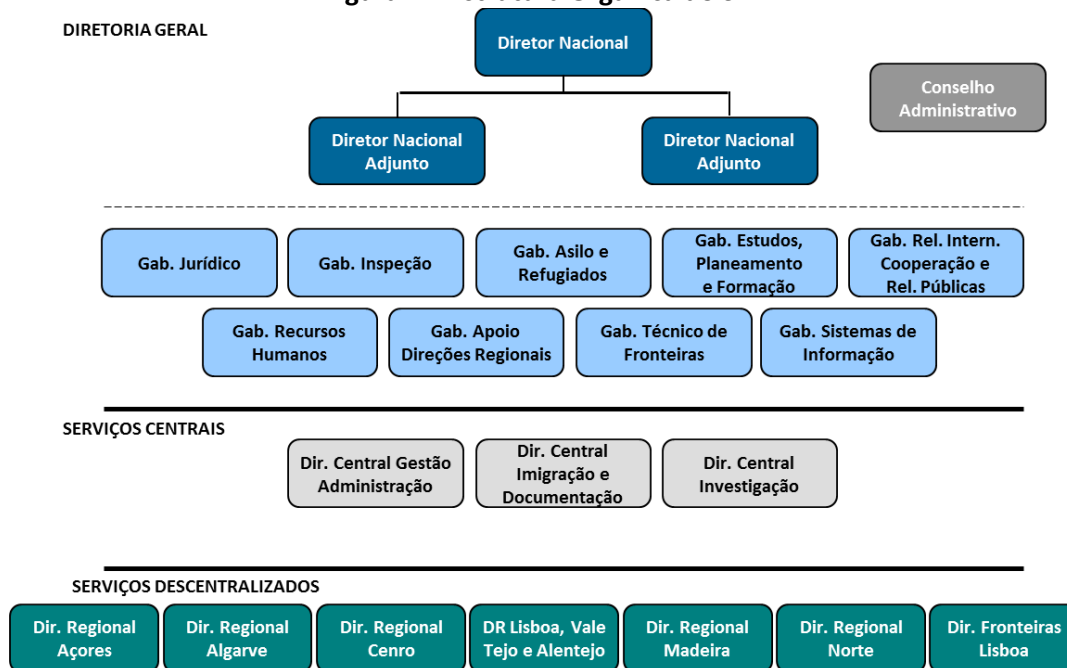
Figura 1 – SEF: Missão, Visão e Valores



1.2 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica do SEF é hierarquizada verticalmente, sob dependência do Ministro da Administração Interna, com autonomia administrativa, compreendendo os seguintes órgãos e serviços: Diretoria Nacional, Conselho Administrativo, Serviços Centrais e Serviços Descentralizados. Quanto à sua natureza, quer os Serviços Centrais, quer os Descentralizados integram Serviços Operacionais, que prosseguem diretamente atividades de investigação e fiscalização – áreas de missão –, e Serviços de Apoio, que desenvolvem um conjunto de atividades de apoio àquelas – áreas de suporte (figura 2).

Figura 2 – Estrutura Orgânica do SEF



A Diretoria Nacional compreende a Direção Nacional (Diretor Nacional e Diretores Nacionais Adjuntos) e os Gabinetes Jurídico (GJ), de Inspeção (GI), de Asilo e Refugiados (GAR), de Relações Internacionais, Cooperação e Relações Públicas (GRICRP), de Estudos, Planeamento e Formação (GEPF), Técnico de Fronteiras (GTF), de Apoio às Delegações Regionais (GADR), de Recursos Humanos (GRH) e de Sistemas de Informação (GSI).

O Conselho Administrativo constitui-se como órgão de natureza consultiva com competência em sede de controlo interno, nomeadamente a fiscalização em matéria de gestão financeira e patrimonial do SEF.

Os Serviços Centrais são compostos pela Direção Central de Investigação (DCINV), a Direção Central de Imigração e Documentação (DCID), e a Direção Central de Gestão e Administração (DCGA).

Os Serviços Descentralizados estão distribuídos pelo território nacional e compreendem as Direções Regionais do Algarve (DRA), dos Açores (DRAç), do Centro (DRC), de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (DRLVTA), da Madeira (DRM) e do Norte (DRN), bem como a Direção de Fronteiras de Lisboa (DFL). Cada Direção Regional tem diversas Delegações Regionais e um Departamento Regional de Investigação e Fiscalização (DRIF) e um Departamento Regional de Emissão de Documentos (DRED). Por outro lado, as Direções Regionais tutelam ainda os Postos de Fronteira das respetivas áreas de jurisdição, à exceção dos situados na área metropolitana de Lisboa que são tutelados pela DFL.

1.3 Recursos Humanos

O SEF vem assistindo a uma redução acentuada do número de colaboradores (figura 3) ao longo dos últimos anos, pelo que a concretização da admissão de novos colaboradores afigura-se essencial, nomeadamente no que refere ao aumento dos fluxos de pessoas nas fronteiras e prevenção e combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos.

Figura 3 – Caracterização geral dos Recursos Humanos

Redução acentuada do número total de colaboradores , conforme tendência verificada nos últimos anos	Em 2014: 1240 colaboradores
	Em 2013: 1309 colaboradores
	Em 2012: 1333 colaboradores
Envelhecimento da estrutura etária dos colaboradores	<p>Maioria (58,6% do total de colaboradores) situada na faixa etária dos 45-49 anos:</p> <p>299 colaboradoras género feminino (41,1%) 428 colaboradores género masculino (58,9%)</p>
Tendência para a repartição por géneros próxima da paridade em inflexão	41,1% do género feminino: 510 colaboradoras
	58,9% do género masculino: 730 colaboradores
Nível de habilitações dos colaboradores relativamente elevado	494 colaboradores (40,4%) possuem formação de nível superior
	672 colaboradores (54,2%) possuem uma habilitação de nível secundário

2. Caracterização do Ambiente Externo

A caracterização do ambiente externo atende à particularidade do SEF deter competências na área da investigação criminal e, em simultâneo, competências administrativas nos domínios da entrada, permanência e afastamento de estrangeiros em território nacional e na emissão do passaporte comum português. Esta caracterização segue o modelo PESTL, procurando ilustrar de forma resumida¹ a conjuntura externa e possíveis implicações para a segurança interna, a caracterização da população estrangeira em Portugal as grandes linhas de orientação política no domínio da imigração e asilo, segurança interna e criminal, a conjuntura económica e financeira e o enquadramento jurídico da atuação.

¹Para uma caracterização mais aprofundada da envolvente externa do SEF, é relevante a consulta do Relatório Anual de Segurança Interna e o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo relativos ao ano de 2014, bem como os estudos “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal” e “Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações”.

Figura 4 – Caracterização do ambiente externo

Contexto Político

Perspetiva União Europeia

- Agenda Europeia para as Migrações (Resposta Imediata à pressão migratória no Mediterrâneo; Pilares para melhorar a gestão das migrações: Reduzir os incentivos à migração ilegal; Gestão das fronteiras - salvar vidas e garantir a segurança das fronteiras externas; O dever de proteção da Europa: uma política comum de asilo sólida; Uma nova política em matéria de migração legal);
- Consolidação de uma política comum e um quadro legal harmonizado de imigração e asilo;
- Supressão dos controlos nas fronteiras internas e o alargamento do Espaço Schengen;
- Maior coerência na gestão das fronteiras externas com a operacionalização das Agências Europeias FRONTEX e EASO;
- Promoção da cooperação e de um ambiente de confiança e interação entre as diversas autoridades policiais e judiciárias nacionais;
- Desenvolvimento de mecanismos de combate ao terrorismo e à criminalidade organizada;

Perspetiva Nacional

- Enunciação das políticas públicas setoriais relevantes:
 - Política de Imigração e Asilo (Atração e Admissão, Permanência, Integração, Retorno)
 - Política de Segurança Interna (Consolidação do Sistema de Segurança Interna, Contributo no domínio da Admissão: Vistos e Controlo de Fronteiras, Inspeção e fiscalização da permanência e atividade dos estrangeiros em território nacional)
 - Política Criminal (Prevenção e investigação de criminalidade violenta e grave ou organizada relacionada com o fenómeno migratório – auxílio à imigração ilegal e criminalidade conexa, tráfico de pessoas, casamentos de conveniência; Proteção de vítimas especialmente vulneráveis, em particular os imigrantes)
- Promoção da efectiva participação nacional nos organismos de gestão de fluxos fronteiriços;
- Articulação estratégica e operacional com as demais forças e serviços de segurança no âmbito das respectivas responsabilidades em matéria de estrangeiros e fronteiras, investigação criminal, segurança pública, informações e protecção civil;
- Racionalização da utilização dos meios existentes;
- Estabelecimento de mecanismos permanentes de colaboração e articulação com os demais organismos que versem sobre as áreas da segurança interna, justiça e defesa;
- Reforço das parcerias internacionais na área da gestão de fluxos fronteiriços, prosseguindo-se a luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos;

Contexto Económico

- Tendência para uma melhoria dos principais indicadores macroeconómicos (aumento da procura interna, recuperação da atividade económica, redução da taxa de desemprego);
- Aumento da atividade económica em setores com impacto na atuação do SEF, nomeadamente o Turismo (controlo de fronteiras, controlo da permanência, contratação laboral e alojamento em estabelecimentos hoteleiros e afins).

Figura 4 – Caracterização do ambiente externo (continuação)

Contexto Social
<ul style="list-style-type: none"> • Fenómenos de risco que se configuram como potenciais ameaças à segurança interna: terrorismo, tráfico de pessoas, tráfico de armas e estupefacientes, ciberameaças, associações criminosas (narcotráfico, financiamento de organizações terroristas, facilitação da imigração ilegal, criminalidade económico-financeira), exploração de pessoas para fins laborais, sexuais e mendicidade; • Pressão migratória no Mediterrâneo, alteração da natureza dos fluxos migratórios (África, América Latina e Ásia); • População estrangeira residente em território nacional - nacionalidades mais representativas: Brasil; Cabo Verde; Ucrânia; Roménia; China; Angola; • Os principais indicadores da actividade de controlo e permanência de estrangeiros em Portugal (recusas de entrada, afastamentos, contra-ordenações e ilícitos criminais associados aos fenómenos migratórios - auxílio à imigração ilegal, tráfico de pessoas, casamentos de conveniência), por nacionalidade, refletem a estrutura da população estrangeira residente; • Crise demográfica em Portugal - redução líquida da população residente em território nacional (saldos populacional natural e migratório negativos).
Contexto Tecnológico
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução rápida dos instrumentos e tecnologias associadas à identificação e documentação de segurança (biometria e controlo de fronteira inteligente); • Evolução dos principais sistemas de grande escala no contexto da União Europeia (Sistema de Informação Schengen, EURODAC, Sistema de Informação de Vistos) e tendência para maior integração dos sistemas (<i>Smart Borders Package</i>); • Aproveitamento das tecnologias de informação e redes sociais pelas redes de criminalidade organizada; • Financiamento europeu para projetos de inovação e implementação de tecnologias no domínio da segurança interna.
Contexto Legal
<ul style="list-style-type: none"> • Lei orgânica do SEF (Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro); • Leis de Imigração (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, alterada pela Lei n.º 29/2012, de 9 de Agosto), Asilo (Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho) e Livre circulação de cidadãos da UE (Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto); • Leis Penal e Processual Penal e de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto); • Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto); • Outros diplomas respeitantes ao Sistema de Segurança Interna, do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Sistema de Investigação Criminal e do Sistema de Proteção Civil; • Plano Estratégico para as Migrações; • Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos.

3. Beneficiários do SEF e Serviços Prestados

3.1 Beneficiários do SEF

A atuação do SEF é dirigida a diversos grupos de públicos, designadamente Cidadãos, Órgãos de Soberania, Administração Pública, Outras Instituições Públicas e Privadas, Organismos Internacionais, os quais constituem as partes interessadas do SEF (figura 5).

Figura 5 – Identificação dos Stakeholders do SEF

Cidadãos
<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos portugueses, de Estados-Membros da União Europeia e nacionais dos países terceiros
Órgãos de Soberania
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia da República • Governo (Primeiro Ministro, Ministério da Administração Interna e outros Ministérios, designadamente da Justiça e dos Negócios Estrangeiros) • Tribunais
Administração Pública
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Segurança Interna (SSI) e Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) • Outras Forças e Serviços de Segurança (PSP, GNR, PJ, PM, SIS, etc.) • Outros Organismos (ACT, Seg. Social, ACM, AT, INE, IEF, SG-MAI, IGAI, IGF, DGO, DGAEP, etc.) • SEF (Unidades orgânicas; Dirigentes e colaboradores)
Outras Instituições Públicas e Privadas
<ul style="list-style-type: none"> • Provedoria de Justiça • Organizações nacionais que se dedicam à temática das migrações e asilo (CPR, Centros de Investigação, Associações de Imigrantes, etc.) • Fornecedores de Bens e Serviços • Associações de trabalhadores
Organismos Internacionais
<ul style="list-style-type: none"> • Conselho da UE, Comissão Europeia e outros organismos da União • Agências da União Europeia (Frontex, EASO, Europol, FRA, eu-LISA, • Conselho da Europa <ul style="list-style-type: none"> • Organização das Nações Unidas • Forças e serviços de segurança estrangeiros • Organizações Internacionais e outras entidades públicas ou privadas estrangeiras com intervenção nas temáticas das migrações e asilo (OIT, ICAO, OIM, JRS, etc.)

A análise de *stakeholders*, ao sistematizar a informação sobre os intervenientes na organização (pessoas ou organizações), permite uma melhor adequação da atuação do SEF com vista ao sucesso das políticas de imigração e asilo, segurança interna e criminal (figura 6).

Figura 6 – Matriz de Stakeholders



Notas:

- Stakeholders de elevado interesse e elevado poder: intervenientes principais que se revestem como “elementos críticos” na atuação do SEF;
- Stakeholders de baixo interesse e elevado poder: intervenientes cujas prioridades não são as do SEF, mas que podem interferir com a atuação do Serviço;
- Stakeholders de elevado interesse mas como pouco poder: intervenientes cuja atuação deverá ser direcionada para a proteção dos seus interesses;
- Stakeholders de baixo interesse e com pouco poder: monitorização dos interesses e satisfação destes intervenientes.

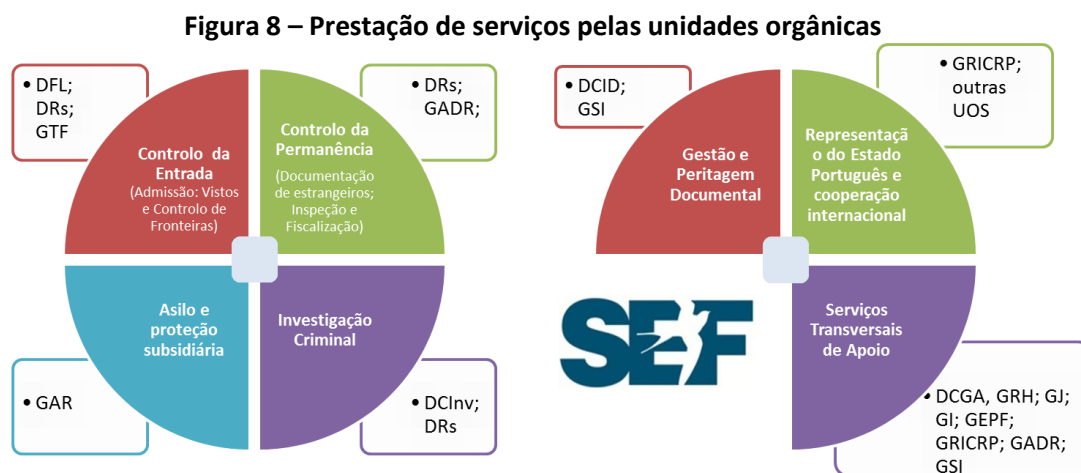
3.2 Serviços prestados pelo SEF

Os serviços prestados pelo SEF foram agrupados em grandes áreas de negócio (figura 7), sem prejuízo da interação e complementaridade destes serviços, os quais concorrem para a prossecução da missão do SEF. A par dos serviços prestados, o SEF desenvolve ainda um conjunto de serviços e atividades que concorrem para a prestação das áreas de negócio (sistemas de informação, planeamento, gestão, consultoria jurídica, comunicação e controlo interno).

Figura 7 – Áreas de Negócio



As várias unidades orgânicas do SEF prestam o seu contributo a cada área de negócio, de forma a uma melhor alocação de recursos para fins de execução da estratégia definida (figura 8).



Dos serviços prestados, como por exemplo a prevenção e repressão da criminalidade relacionada com a imigração ilegal e o tráfico de pessoas, a investigação de crimes de auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal e outros com eles conexos, nomeadamente o crime de tráfico de pessoas (sem prejuízo das atribuições de outras entidades), a instrução de processos administrativos de expulsão e execução dos respetivos afastamentos, bem como dos decorrentes de decisões judiciais de expulsão, a decisão de readmissões de estrangeiros, a instrução de processos de concessão do estatuto de igualdade, a decisão de aceitação da análise dos pedidos de asilo e instrução de processos de concessão do estatuto de refugiado, a validação da estadia de estrangeiros em território nacional (concessão e prorrogação dos títulos adequados, prorrogação de vistos, emissão de pareceres relativamente a vistos consulares e reconhecimento do direito ao reagrupamento familiar e do estatuto de residente de longa duração), a emissão de documentos de viagem (Passaporte Eletrónico Português e outros), gestão orçamental e financeira, gestão e manutenção de equipamentos, *software* e instalações, gestão de recursos humanos, são de destacar os principais indicadores de actividade do SEF relativos aos anos de 2013 e 2014 (figura 9).

Figura 9 – Alguns Indicadores de Atividade do SEF

PRINCIPAIS INDICADORES	2014	2013
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE		
Stock (títulos de residência válidos a 31/12/2013)	389.856	401.320
Fluxo (primeiros títulos de residência concedidos em 2013)	36.602	33.246
CONTROLO DE FRONTEIRA		
Pessoas controladas	11.424.334	12.386.051
Recusas de entrada	959	813
Vistos concedidos	11.565	12.899
CONTROLO DE PERMANÊNCIA		
Atividade de inspeção e fiscalização	11.651	10.424
Notificações para abandono voluntário	3.265	3.763
Processos de afastamento coercivo instaurados	816	1.260
Afastamentos executados	437	463
Contraordenações instauradas	27.365	30.298
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		
Criminalidade registada	305	329
Arguidos	212	276
Processos concluídos	273	389
ASILO E PROTEÇÃO INTERNACIONAL		
Pedidos de asilo	447	507
Estatutos de refugiado reconhecidos	20	15
Concessão de proteção subsidiária	20	113
NACIONALIDADE		
Pareceres solicitados	32.349	30.130
Pareceres concedidos	20.521	28.753
SEF EM MOVIMENTO		
Beneficiários	1.133	958
ATUAÇÃO INTERNACIONAL		
Operações FRONTEX	15	13
INDICADORES FINANCEIROS		
Despesa- Dot. Corrigida Líquida de Cativos	58 262 711€	52 489 935€
Receita Cobrada Bruta	69 254 735€	60 882 260€
Prazo médio de pagamentos (dias)	32	31
Nº pagamentos (exceptuando os funcionários)	7.375	7.435

4. Síntese da envolvente externa e interna do SEF

A atividade do SEF é condicionada positiva ou negativamente por um conjunto de fatores internos e externos (figura 10).

Figura 10 – Análise SWOT do SEF

		PONTOS FRACOS						PONTOS FORTES						
		Carência de pessoal da Carreira de Investigação e Fiscalização	Falta de pessoal das carreiras técnico superior e assistente técnico;	Plafonamento das receitas próprias para ao orçamento do SEF;	Necessidade de adequação das metodologias de gestão modernas à realidade da segurança interna	Encargos com aquisição de serviços informáticos e rendas de instalações	Crecente afirmação do Serviço a nível nacional em todas as dimensões da sua atuação;	Quadro de peritos altamente qualificados na área da imigração, fronteiras, asilo e documentação de segurança;	Prestígio do SEF na UE e CPLP nas diferentes vertentes de atuação	Cumprimento das orientações político-estratégicas nos anos anteriores	Orientação para os Utentes (Centro de Contacto, Mediadores Culturais, SEF em Movimento)	Maximização da informação associada à imigração ilegal e tráfico de pessoas;	SEF enquanto entidade de primeira linha em ambientes computacionais e na utilização da biometria;	Formação e Qualificação de Recursos Humanos;
OPORTUNIDADES	Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa				+		+			+	+		+	+
	Documentação electrónica e controlo de fronteiras (RAPID, PEP, eTR)	+		-			+		+	+	+		+	
	Robustecimento do sistema de produção estatística sobre o fenómeno migratório	+	+		+	+	+			+	+	+		
	Acesso a fundos comunitários (Portugal 2020, FAMI, FSI, entre outros)			+		+	+	+		+			+	+
	Assunção das competências de concessão do Passaporte Eletrónico Português		-	+		+	+	+	+				+	+
	Estágio probatório para ingresso na CIF	+	+				+	+						+
	Revisão do Estatuto de Pessoal do SEF reconhecendo enquanto corpo superior de polícia e alargando o quadro de pessoal	+					+	+	+					+
AMEAÇAS	Transformação dos fluxos migratórios em função das novas realidades globais	-	-				+					+		
	Repercussões das novas realidades migratórias ao nível dos fenómenos criminais: imigração ilegal e tráfico de seres humanos	-	-	-							+			
	Escassez de recursos humanos e tendente saída de colaboradores	-	-			-	-	+	-	-	-		-	
	Crise económico-financeira e restrições orçamentais	-	-	-		-		-					-	-

(+) Interação Positiva: ameaça combatida ou aproveitamento de oportunidade

(-) Interação Negativa: ameaça potenciada ou oportunidade desperdiçada

O diagnóstico da envolvente propiciado pela matriz SWOT permite transpor para a estratégia do SEF os aspetos negativos e positivos do ambiente externo em interação com as virtudes e debilidades da organização. Assim, o planeamento do SEF privilegiará a maximização dos pontos fortes na prossecução das atribuições, bem como a minimização das debilidades, quer em contextos externos favoráveis ou desfavoráveis à atuação do Serviço.

5. Processo de elaboração do plano

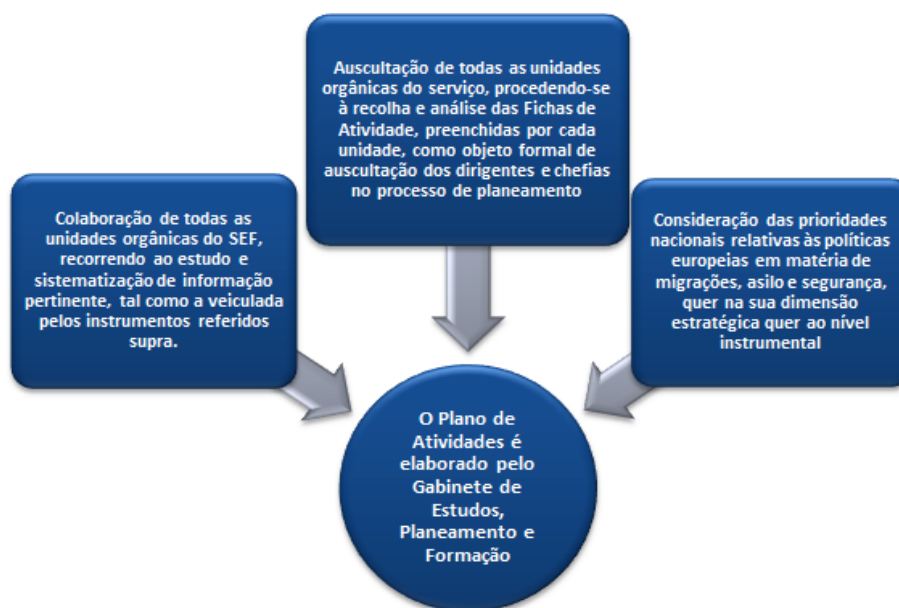
5.1. Instrumentos

Na elaboração do Plano de Atividades para 2016, o SEF atende às linhas de orientação política vigentes, alinhado os seus objetivos estratégicos com os demais instrumentos político-legislativos:

- Programa do XIX Governo Constitucional;
- Documentos políticos relevantes (Orçamento de Estado, Grandes Opções do Plano);
- Quadro de Avaliação e Responsabilidade do SEF (QUAR);
- Planos e Relatórios de Atividade do SEF;
- Relatórios Sectoriais (Imigração, Fronteira e Asilo; Segurança Interna);
- Estudos e documentos elaborados no quadro dos Grupos de Trabalho da União Europeia e da Rede Europeia das Migrações;
- Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro;
- Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020);
- Programa Nacional para o Fundo de Asilo, Migrações e Integração (2014-2020);
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017);
- Agenda Europeia para as Migrações;
- Relatório de política anual da Comissão Europeia / Rede Europeia das Migrações.

5.2. Metodologia

Figura 11 – Metodologia de elaboração do Plano de Atividades



II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

1. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

1.1. Objetivos estratégicos e áreas de intervenção

Os objetivos estratégicos, e respetivas áreas de intervenção, que norteiam a atuação do SEF decorrem de todo o enquadramento político deste Serviço (figura 12).

Figura 12 – Vetores Estratégicos do SEF e áreas de intervenção

OBJETIVOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO
Promover da regulação dos fluxos migratórios e salvaguarda da segurança interna	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da emissão de vistos • Controlo de fronteira • Supervisão da permanência de estrangeiros em território nacional (títulos de residência, Estatuto de Igualdade, nacionalidade portuguesa, retorno voluntário) • Qualidade na gestão e peritagem da documentação de segurança (emissão do PEP e de outros documentos de viagem; perícias relativas a fraude) • Proteção internacional: Asilo e Refugiados • Programa Nacional de Reinstalação / Recolocação • Gestão e análise de informação aos fluxos migratórios e segurança interna
Intensificar o combate à ilegalidade associada aos fenómenos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção e fiscalização da permanência e das atividades dos estrangeiros em território nacional • Prevenção e investigação da criminalidade relacionada com a circulação de pessoas e o fenómeno migratório • Programa SEF contra o Tráfico de Seres Humanos • Procedimentos de Regresso • Cooperação Policial e Controlo de Fluxos Migratórios
Promover da qualidade dos serviços de imigração	<ul style="list-style-type: none"> • “SEF em Movimento” • Centro de Contacto SEF • ISU – Interface SEF-Universidades • Balcão Único SEF • Gabinetes de Atendimento Especializado • Atendimento ao público e mediadores socioculturais • Modernização e agilização dos procedimentos em matéria de migrações • Desenvolvimento da plataforma tecnológica (Interface SEF-Administração Pública; SIISEF, SIGAP...)
Reforçar a atuação no quadro da UE e internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da política comum de imigração e asilo (UE) • Participação em iniciativas a nível internacional (extra UE) • Agência Europeia FRONTEX • EASO – Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo • EUROPOL / EUROJUST / INTERPOL • Eu-LISA • Rede Europeia das Migrações • Cooperação internacional
Consolidar a estrutura orgânica do SEF, racionalização e qualificação dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura organizacional e imagem institucional • Controlo interno • Gestão financeira e patrimonial • Gestão e administração de recursos humanos • Gestão da formação • Gestão arquivística e documental

1.2. Objetivos Anuais

A estratégia de consolidação do SEF incide nas suas diferentes vertentes de atuação, racionalizando os meios e promovendo a eficiência, levando em conta os desenvolvimentos a nível internacional e nacional no âmbito da imigração, asilo, segurança interna e prevenção e combate à criminalidade.

Para a concretização dos objetivos estratégicos apresentam-se a título indicativo um conjunto de objetivos operacionais anuais (OA) para 2016 (figura 13), os quais serão ajustados em função de orientações estratégicas futuras, racionalidade do processo de planeamento, bem como de propostas decorrentes do processo de auscultação dos dirigentes para o presente Plano.

Figura 13 – OBJETIVOS ANUAIS DO SEF

OBJETIVOS	
OA.1	Promover a participação do SEF a nível Internacional
OA.2	Reforçar a segurança no controlo de fronteiras segundo o modelo IBM
OA.3	Promover a decisão sobre os pedidos de proteção internacional
OA.4	Melhorar a gestão financeira do SEF
OA.5	Promover a qualificação dos colaboradores do SEF
OA.6	Promover o estágio probatório para ingresso na CIF/SEF

1.3. Mapa Estratégico

A elaboração do Mapa Estratégico do SEF permite uma melhor visualização das estratégias e das relações causa-efeito entre as componentes daquele. Aquando da consolidação o Plano de Atividades e do QUAR será elaborado o Mapa Estratégico em acordo com a metodologia do *Balanced Scorecard*, numa visão global da estratégia do SEF hierarquicamente definida pelas perspetivas de Clientes, Processos Internos, Aprendizagem e Financeira.

2. Orientações para as unidades descentralizadas (Unidades Homogéneas)

As Direções Regionais constituem os Serviços Descentralizados do SEF que correspondem à definição legal de unidades homogéneas². Para efeitos de comparabilidade das unidades descentralizadas serão posteriormente definidos os indicadores e metas pertinentes.

² Serviços desconcentrados ou periféricos da administração direta e indireta do Estado que desenvolvem o mesmo tipo de atividades ou fornecem o mesmo tipo de bens e ou prestam o mesmo tipo de serviços – alínea i) do artigo 4º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

III – ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

1. Recursos envolvidos

1.1 Recursos Humanos

O mapa de pessoal para 2016 consta na demais documentação que acompanha a proposta de Orçamento para o SEF.

1.2 Recursos Financeiros

Os mapas financeiros previsionais para 2016 constam na demais documentação que acompanha a proposta de Orçamento para o SEF relativo ao ano em apreço.

2. Plano de Formação

A formação e qualificação dos recursos humanos do SEF têm, nos últimos anos, constituído uma prioridade estratégica da Direção do Serviço. A definição das prioridades e ações de formação estão inscritas no Plano de Formação para 2016.

IV – MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Plano de Modernização Administrativa do SEF

1.1 Enquadramento

O Plano de Modernização Administrativa do SEF, desenvolvido no quadro do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, consubstancia a política assente na aproximação aos cidadãos e de desenvolvimento tecnológico que vem sendo empreendida nos últimos anos.

Refira-se que o principal constrangimento para a implementação deste plano reside na dimensão financeira, sem prejuízo da complexidade de cada medida cujo grau se afigura controlado através de estudos e análise prévias de exequibilidade, desafios e oportunidades, pontos fortes e fracos.

Como forma de minimizar os constrangimentos financeiros, o SEF está comprometido com o Plano Nacional referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 dos Fundos de Asilo, Migração e Integração (FAMI) e de Segurança Interna (FSI), bem como com o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM) e o Plano Global Estratégico para a Racionalização e Redução de Custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC).

1.2 Medidas

As principais medidas/acções do Plano de Modernização Administrativa do SEF são apresentadas no quadro síntese segundo a estrutura Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio, indicando o âmbito, domínios e o impacto qualitativo esperado no SEF (nas seguintes categorizações: elevado, relevante, médio, reduzido; e dimensões qualidade, celeridade, *Governance*, utilização TIC, mudança e modernização):

Figura 14 – Medidas do Plano de Modernização Administrativa do SEF

Âmbito – Medidas/acções	Domínios	Impacto
Aspectos Gerais:		
Recrutamento, qualificação e formação dos recursos humanos, em particular de peritos de imigração	Transversal	Elevado Melhoria da qualidade e celeridade na prestação dos serviços
Actualização do <i>hardware</i> disponível nos postos de atendimento para substituição do equipamento vetusto	Melhoria de equipamentos (d)	Relevante Melhoria da qualidade e celeridade na prestação dos serviços
Inserção de capítulo próprio nos instrumentos de planeamento estratégico do SEF	Avaliação (f)	Reduzido Melhoria na transparência e comprometimento público

Figura 14 – Medidas do Plano de Modernização Administrativa do SEF (continuação)

Âmbito – Medidas/acções	Domínios	Impacto
Acolhimento e atendimento dos cidadãos:		
Preparação, produção e disponibilização de suporte de comunicação institucional do SEF	Adequação (a)	Relevante Melhoria do conhecimento Melhoria na transparência e comprometimento público
Melhoria das instalações dos serviços de atendimento de diversas unidades orgânicas, articulando também com a ocupação dos edifícios dos extintos Governos Cívicos, presença nos Espaços do Cidadão considerados pertinentes	Melhoria de instalações (b)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Maximização da eficiência na gestão de infraestruturas
Sistema de controlo de atendimentos (Sistema automático de atribuição de senhas e corporate TV, implementação do sistema SIGA)	Melhoria de equipamentos (d)	Relevante Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns
Formação em atendimento ao público no âmbito nacional com início de modo a abranger todos os colaboradores e Mediadores Culturais nas Direcções Regionais do SEF	Formação (c)	Elevado Melhoria da qualidade e celeridade na prestação dos serviços
Disponibilização acesso livre à Internet (análise dos locais de atendimento e serviço de TV/Internet de Operador para disponibilização de hotspot wi-fi SEF) (não prioritário)	Inovação e resposta pronta (e)	Reduzido Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Comunicação administrativa		
Programa SEF em Movimento, o qual visa facilitar o relacionamento com os grupos vulneráveis de cidadãos (doentes, idosos, crianças, entre outros), propiciando um atendimento e acompanhamento individualizado (alargamento do seu âmbito de actuação: geográfico, públicos-alvo – menores em risco, reinserção social, entre outros –; negociação de parceiras/protocolos; política de comunicação e sensibilização; consolidação de equipamentos e infra-estruturas)	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Centro de Contacto SEF (informação específica e agendamento do atendimento), designadamente no que refere à actualização do <i>software</i> e <i>hardware</i> , de modo a acompanhar a evolução crescente nas tecnologias de informação e comunicação	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Balcão Único SEF (Referência MIGRvirt) – instrumento essencial para permitir o acesso dos nacionais de países terceiros a toda a informação pertinente para a sua integração no espaço socioeconómico nacional), nomeadamente o redimensionamento do Portal do SEF e transformação num portal dinâmico e relacional (administração pública e utente), potenciando as boas práticas de <i>eGovernment</i> (balcão único virtual), potenciando a relação administrativa e a transparência na decisão	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Programa Mediadores Culturais, nomeadamente o alargamento à generalidade das atribuições do SEF, facilitando a comunicação dos nacionais de países terceiros e agilizando a conclusão dos procedimentos administrativos	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
GAE – Gabinetes de Atendimento Especializados (nova abordagem ao relacionamento com os determinados grupos de nacionais de países terceiros tendo por pressuposto a facilitação e celeridade nos procedimentos de concessão de títulos de residência, em articulação com o Centro de Contacto SEF), designadamente criação de projecto conceptual dos GAE, implementação e respectiva operacionalização (não prioritário)	Inovação e resposta pronta (e)	Médio Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços

Figura 14 – Medidas do Plano de Modernização Administrativa do SEF (continuação)

Âmbito – Medidas/acções	Domínios	Impacto
Comunicação administrativa (continuação)		
Programa <i>SEF contra o Tráfico de Seres Humanos</i> , privilegiando grupos vulneráveis e protecção de vítimas de crimes de tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal (criação de estruturas de apoio imediato à vítima, equipamento e formação dos colaboradores)	Inovação e resposta pronta (e)	Relevante Melhoria da qualidade na prestação dos serviços; Melhoria da e da segurança interna do País
Simplificação de procedimentos		
Desenvolvimento de mecanismos de delegação de competências adequados e sua divulgação	Adequação (a)	Médio Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos
ISU v2 – ISU/Interface SEF-Universidades, nomeadamente o alargamento das suas valências em duas vertentes (incluído no Programa <i>SEFmove</i>): i) cobertura nacional dos estabelecimentos de ensino superior público; ii) IS-AP – alargamento a outras instituições da administração pública com interacção com migrantes (ex. emissão de cartas de condução, cuidados de saúde, educação e formação, emprego, segurança social, desporto);	Inovação e resposta pronta (e)	Relevante Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns
Programa Modernização nas Migrações (Referência ModMIGR), relativo à modernização de processos assente em quatro vectores relevantes: <ul style="list-style-type: none"> • SIGAP v2: Automatização, optimização e melhoria de procedimentos de emissão de títulos de residência, garantindo a evolução tecnológica e manutenção do Sistema Integrado de Gestão Automatizada de Processos, de modo a garantir uma maior qualidade, celeridade e segurança na promoção das medidas de imigração e integração a prosseguidas, bem como abrangência de procedimentos; 	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa
<ul style="list-style-type: none"> • MIGRdoc: Promoção da celeridade da decisão sobre os pedidos de concessão e renovação de autorização de residência, reconhecimento de estatutos de igualdade, emissão de parecer em matéria de admissão e nacionalidade, gestão dos procedimentos de retorno, importa proceder à reestruturação do sistema de arquivístico. O novo modelo de sistema arquivístico assentará em premissas de interoperabilidade entre o sistema tradicional de arquivo e os sistemas de informação (em particular SIGAP). Deste modo, procura-se que o registo, transmissão, armazenamento e recuperação de documentos e dados, possa ser o mais simples, célere, transparente e eficaz, de modo a minimizar o impacto na vida quotidiana dos nacionais de países terceiros; 		Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa
<ul style="list-style-type: none"> • AFIS: Implementação de um sistema automatizado de identificação dactiloscópica integrado com a emissão electrónica de Títulos de Residência de Cidadãos estrangeiros (e outros sistemas do SEF e outros organismos), garantindo maior celeridade e segurança na emissão dos títulos e enquadrando-os na nova geração de documentos biométricos, promovendo igualmente acções de formação em recolha e tratamento de impressões digitais; 		Elevado Melhoria da e da segurança interna do País, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns
<ul style="list-style-type: none"> • MIGRid: Programa de actualização contínua da documentação de identificação e viagem, procura salvaguardar a segurança documental e conformidade com a evolução tecnológica e legislativa internacional, bem como potenciando a produção de dados estatísticos com base em fontes administrativas automatizadas. 		Elevado Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa

Figura 14 – Medidas do Plano de Modernização Administrativa do SEF (continuação)

Âmbito – Medidas/acções	Domínios	Impacto
Simplificação de procedimentos (continuação)		
Integração dos sistemas financeiros na plataforma de pagamentos da Administração pública (Pagamentos electrónicos: utilização da PPAP com ligação ao sistema de facturação do SEF http://www.iap.gov.pt/services/PaymentsPlatform.aspx ; AMA disponibiliza SFTP para download de ficheiros de transacções de pagamentos, tendo por requisitos: VPN/acesso à AMA)	Adequação (a)	Relevante Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns
Programa FRONT ^{XXI} : programa de desenvolvimento e modernização do controlo de fronteiras em Portugal assente numa perspectiva tecnológica evolutiva: <ul style="list-style-type: none"> • SIICF – Sistema Integrado Inteligente de controlo de fronteiras (Referência Flowfront) – integração das várias componentes dos sistemas e implementação de circuitos de processamento, validação e aprovação dos processos de controlo de fronteiras, incluindo a monitorização permanente e centralizada e adaptação aos sistemas de fronteiras inteligentes 	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns, Instrumento facilitador do Crescimento Económico Reforço da troca de informação
<ul style="list-style-type: none"> • RAPID/PASSE: Aumento da interoperabilidade de sistemas de controlo de fronteiras desenvolvimento das componente nacionais dos projetos europeus Entry Exit System (EES) e Register Traveller Program (RTP) e adaptação dos sistemas RAPID e PASSE - controlo de fronteira inteligente (manutenção da oferta actual, alargamento aos postos de fronteiras marítimas relevantes e utilização do Cartão do Cidadão, resposta a evolução de fluxos de passageiros em postos de fronteira aéreas) 		Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns, instrumento facilitador do crescimento económico, Reforço da troca de informação
Evolução da PKI dos documentos de viagem (SEF) - Participação do SEF na Public Key Directory (PKD) da ICAO. Esta medida permite a partilha das chaves públicas da Entidade Certificadora dos Documentos de Viagem de Portugal (Entidade certificadora Raiz) com todas as entidades certificadora e inspetora de todo o mundo.	Inovação e resposta pronta (e)	Média Melhoria dos mecanismos de Governance e da segurança interna do País
VIS - Implementação do Visa Information System	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance e da segurança interna do País
EURODAC RECAST – Implementação de nova versão do sistema de gestão de pedidos de asilo e refugiados	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance e da segurança interna do País
SEF/Sistemas alternativos – Criação de um Centro de Processamento de dados alternativos no MAI	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, implementação de soluções TIC comuns
SIPEPv2 – Nova versão do sistema de informação do Passaporte electrónico Português com evolução tecnológica, optimização de interfaces, melhoria de procedimentos, atualização de componentes, resolução da obsolência da tecnologia implementada e aumento do desempenho	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance e da segurança interna do País, Redução de custos, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, Implementação de soluções TIC comuns, instrumento facilitador do crescimento económico

Figura 14 – Medidas do Plano de Modernização Administrativa do SEF (continuação)

Âmbito – Medidas/acções	Domínios	Impacto
Mecanismos de audição e participação		
Aquisição e divulgação dos livros de elogios, sugestões e reclamações	Adequação (a)	Média Melhoria dos mecanismos de Governance, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Possibilidade de implementar o processo de avaliação CAF – <i>Common Assessment Framework</i> (não prioritário)	Avaliação (f)	Relevante Melhoria dos mecanismos de Governance, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Divulgação da informação administrativa		
Programa SEFSTAT/BI, como instrumento de reforço da capacidade de recolha, tratamento, análise e divulgação de dados e estatísticas sobre imigração e actividade do SEF Reforço da capacidade de divulgação de dados estatísticos relevantes sobre imigração através da implementação de uma solução de BI para mais fácil gestão da informação pelo utilizador final e para suporte à decisão	Inovação e resposta pronta (e)	Elevado Melhoria dos mecanismos de Governance, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa
Carta de qualidade (ISO 9001, Planos de contingência) (não prioritário)	Inovação e resposta pronta (e)	Relevante Melhoria dos mecanismos de Governance, Melhoria da qualidade na prestação dos serviços
Normas de procedimento no âmbito das TI (caracterização dos Sistemas de Informação; Normas Reguladoras de Sistemas e Serviços GSI; Processo de desenvolvimento de software; Processo de Gestão de projectos informáticos)	Inovação e resposta pronta (e)	Médio Melhoria dos mecanismos de Governance, Utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa Melhoria da qualidade na prestação dos serviços

Refira-se ainda que o SEF, no âmbito dos sistemas de controlo de fronteiras, participou no Projeto Europeu *Smart borders Package*, conduzido pela agência EU-lisa. Neste projeto procedeu-se à execução de testes em ambiente real no aeroporto de Lisboa com a mais recente tecnologia de controlo de fronteiras, permitindo a identificação de soluções tendentes à redução de custos, valorização da utilização das TIC para potenciar a mudança e a modernização administrativa, entre outros aspetos, como sejam a facilitação da circulação de pessoas nas fronteiras e o seu impacto no crescimento económico.

V – ANEXO – Fichas de Atividade

A apresentação das fichas de atividade das unidades orgânicas obedece a uma ordenação simplificada em acordo as atividades económicas definidas nas regras orçamentais.

Atividades Relacionadas com a Segurança/ Administração Interna

UO: GABINETE DE ASILO E REFUGIADOS				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Garantir celeridade nas decisões sobre pedidos de recolocação de refugiados provenientes da Itália e da Grécia	Tempo	Data de recepção do pedido e data da comunicação da decisão	15 dias
2	Assegurar maior celeridade na instrução processual de pedidos de renovação de autorização de residência por protecção subsidiária	Prazo médio	Data de entrada do pedido e data da proposta de decisão	40 dias
3	Promover maior celeridade na instrução processual com vista à determinação do estatuto de protecção Internacional	Prazo médio	Data da decisão de admissibilidade e data da proposta de decisão de concessão de protecção internacional	5 meses
4	Elaborar e actualizar norma de procedimento sobre Regulamento Dublin, Eurodac e Instrução Processual	Tempo	Remessa da proposta à Direção Nacional	30 de Setembro
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reforço atempado dos recursos humanos proporcional ao acréscimo do número de pedidos de protecção internacional, quer espontâneos, quer por força do mecanismo da recolocação (previsível de + 300%) e da reinstalação de Refugiados (previsível + 100%). Este aumento terá repercussão ao nível da instrução processual bem como do atendimento e da emissão de documentos de viagem e residência. 				

UO: GABINETE TÉCNICO DE FRONTEIRAS				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Promover a participação do SEF a nível Internacional	Taxa de participação nas Operações Conjuntas planeadas (FRONTEX)	Número de Operações participadas	Em acordo com o QUAR
2	Elaborar e disponibilizar análise de risco estratégica e operacional através da Sala de Situação (CSF) e da Unidade de Análise de Risco (UAR) na GTF	N.º Relatórios de análise de risco, avaliação de ameaça	Execução Física	4
3	Operacionalizar o Centro de Situação de Fronteiras (CSF) do GTF	Nº de operações coordenadas pelo CSF	Coordenação de operações – OGI	3
4	Assegurar a uniformização de procedimentos nos PF	N.º Normas de Procedimento / Fichas Técnicas	Nº de propostas apresentadas	3
5	Elaborar relatórios relativos à actividade operacional do SEF, nas seguintes áreas: Fronteiras, investigação e fiscalização	N.º Relatórios de Actividade Operacional	Execução física	45
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçar os meios humanos do GTF com 4 Inspectores, mínimo exigível para o normal funcionamento sob pena de não ser possível atingir a excelência nas atividades desenvolvidas. Apetrechar as áreas funcionais de recursos materiais necessários para o bom funcionamento, preferencialmente enquadrados nos projetos financiáveis pela UE. <p>Notas relativas a alinhamento estratégico</p> <ul style="list-style-type: none"> O GTF coordenará tecnicamente a subunidade de Análise e tratamento de Informação e Risco da DFL a criar no CCO. 				

UO: DIREÇÃO CENTRAL DE IMIGRAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Contribuir para o reforço da capacitação técnica dos elementos CIF/ SEF, através de ações de formação e da produção de instrumentos de informação técnico-periciais padronizados	N.º de ações de formação e de instrumentos de informação técnico-pericial produzidos.	Entrega de relatório, com registo de evidências.	4
2	Contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão, no âmbito da validação PEP Passaporte Eletrónico Português	Tempo médio de validação	Data/Hora de entrada do requerimento vs. Data/hora de reação da Administração	4 Dias
3	Analisar o desempenho procedimental e aplicacional associado ao registo de informação de natureza policial e criminal	Média Mensal	Registo informático na aplicação SECMC	800 peças/mês
4	Promover a visibilidade do SEF, ao nível nacional e internacional, através da participação efetiva ou da intervenção como organização de projetos, nas áreas da biometria e da documentação de segurança, bem como da gestão dos fluxos migratórios e do controlo de fronteira, que lhes estão associados	Número de eventos ou iniciativas	Entrega de relatório, com registo de evidências	4
II - Observações e Constrangimentos				

UO: DIREÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Reforçar a componente da cooperação internacional na área da investigação criminal	Nº de reuniões	Relatório actividades DCInv	7 reuniões
2	Participação e implementação de ações de formação no quadro da prevenção e combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos	Nº de ações	Relatório actividades DCInv	5 ações
3	Garantir a coordenação estratégica e operacional com as demais Forças e Serviços de Segurança do MAI junto da CIG na implementação do III PNPCTSH	Nº de reuniões	Relatório actividades DCInv	1 reunião por semestre
4	Executar o Projecto LUMINA visando melhorar o combate ao Tráfico de Seres Humanos e a protecção das vítimas	Nº de ações executadas	Relatório actividades DCInv	20 ações
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Escassez de efectivos da CIF para a prossecução das atribuições da DCInv e para o cumprimento dos objectivos delineados 				

UO: GABINETE DE APOIO ÀS DIREÇÕES REGIONAIS				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Concluir a instrução de processos de Concessão de Autorização de Residência ao abrigo do Artigo 123.º da Lei 23/2007, de 4 de Julho, desde que o pedido esteja devidamente acompanhado dos documentos exigíveis	Prazo médio (dias)	Registo informático de entrada e saída GADR – data despacho Coordenadora	5
2	Concluir a instrução de processos de Concessão de Autorização de Residência ao abrigo do nº. 2 do Artigo 89.º da Lei 23/2007, de 4 de Julho, desde que o pedido esteja devidamente acompanhado dos documentos exigíveis	Prazo médio (dias)	Registo informático de entrada e saída GADR – data despacho Coordenadora	5
3	Reduzir pendência processual relativa a pareceres de nacionalidade em 12%	Taxa de pendência processual	Registo informático - aplicação SIGNAC	12%
4	Instruir Pedidos de Estatuto de Igualdade em prazo não superior a 2 meses	Tempo Médio de Instrução (meses)	Registo informático de entrada e saída GADR	2
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade urgente de apoio administrativo. • Continua pendente reposição de uma máquina fotocopadora com funções de impressão e digitalização. 				

UO: DR AÇORES				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Melhoria na qualidade e serviços referente à instrução dos títulos de residência e reagrupamento familiar	Prazos legais	SIGAP (ARs, Reagrupamento familiar) e requerimento.	Manter os prazos médios de 27 dias, de 2015
2	Assegurar a imagem e eficiência do SEF através de acções de esclarecimento dirigidas às delegações desportivas (futebol, basquetebol, voleibol e ténis de mesa)	Uma acção por cada modalidade desportiva	Relatório	Quatro acções
3	Prossecução e finalização dos Protocolos celebrados com Câmaras Municipais sediadas nas Ilhas onde o SEF não se encontra instalado (Ilhas de São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo)	Finalização	Assinatura/Homologação	Quatro Protocolos
4	Aumentar o nº. de identificados pelo SEF através do reforço de fiscalização no âmbito de acções de fiscalização e investigação (média do triénio 2012-2014)	Número de acções de fiscalização a entidades empregadoras e cidadãos fiscalizados	RAO, Relatório mensal / Anual de atividades	+5%
5	Efetuar deslocações periódicas às restantes ilhas onde o SEF não está representado para fiscalização (área operacional, documental e marinas)	Manter as acções de 2015	RAO, Relatório Mensal/anual de atividades	+5%
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas ao alinhamento estratégico:</p> <ul style="list-style-type: none"> A DRAç prestará todo o apoio que vier a ser solicitado no âmbito do Reconhecimento do estatuto de protecção internacional (OA.4), quer seja pelo Governo Regional, quer seja por instituições de solidariedade social que dele careçam. A DRAç procura desenvolver a sua atuação privilegiando os objectivos anuais relativos à intensificação do combate à exploração de mão-de obra ilegal (OA.5), promover elevadas taxas de conclusão dos procedimentos afastamento coercivo (OA. 8) e cotraordenacionais (OA.9) e dinamizar o SEF em Movimento (OA.10). <p>Notas relativas aos objetivos / indicadores de desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo. 2: A ser realizado pela DRAç e Delegações Regionais. Objetivo 4:- A meta referida para este objetivo será de +5% para o Biénio (2015-2016), face aos resultados do triénio (2012-2014); Objetivos: 5:- A meta referida para este objetivo terá a ver com o número de deslocações/operações realizadas nas outras ilhas da área da Direção Regional dos Açores onde o SEF não se encontra representado (Valor de referência 2014 – 4 deslocações. A meta será de mais 5% para 2015/2016 (5 deslocações). Para a obtenção das metas propostas nos referidos objetivos para além do DRIF estão também englobados os restantes departamentos da DRAçores (Delegação de Angra e Horta e PF006-Sta Maria) à semelhança de anos anteriores. <p>Notas relativas a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reforçar o efetivo da DRAç: 1 chefia, 2 inspetores coordenadores, 1 inspetor chefe, 10 inspetores, 1 técnico informático, 2 técnicos superiores, 2 assistentes técnicos, 1 assistente operacional e 1 vigilante/segurança; Necessidade de 1 viatura, 1 digitalizador e 1 impressora portátil 				

UO: DR ALGARVE
I – Objetivos

N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Intensificar o combate à utilização de mão-de-obra ilegal através do reforço da atividade inspetiva junto das entidades empregadoras.	Número de ações de fiscalização	Relatórios Operacionais (Intranet)	+5%
2	Aumentar o número de ações de formação com vista a assegurar imagem de eficiência do SEF em todos os postos de atendimento (partilhado com GEPP)	Número de ações de formação	Plano de formação do SEF	+100%
3	Promover a consolidação e agregação de ficheiros do sítio da intranet da DRAlgarve	Número de ficheiros	Na própria aplicação	31-12-2015
4	Garantir um elevado nível de serviço na conclusão dos procedimentos contraordenacionais	Número de Processos de contraordenação concluídos	Registo de processos de contraordenações	+5%

II - Observações e Constrangimentos
Notas relativas a necessidades de recursos:

- A DRA tem como constrangimento essencial a sujeição a um nível de atividade caracterizado pela sazonalidade, em particular no período de Verão (IATA), o que implica uma adequação do efetivo em função de níveis de serviço bastante distintos
- Assim, verifica-se uma necessidade de reforço permanente que permite um nível de serviço no âmbito do controlo de fronteiras e controlo da permanência em território nacional, bem como na dotação das carreiras técnica superior e assistente técnica.
- Refira-se que o objetivo de aumentar do número de formações), não depender directamente desta DRAlgarve, mas sim do GEPP.
- No que refere a recursos materiais, as principais necessidades são:
 - Transporte: viaturas de transporte de 7/9 passageiros (2) e ligeiras de cinco lugares (6)
 - Instalações: adequação face à mudança projetada das instalações da DRA/Sede
 - Informática e imagem: renovação do equipamento fixo (20 PC, 4 impressoras, 5 digitalizadores, 6 PC Portáteis, máquina fotográfica)
 - Controlo de fronteira: atualização RAPID e dos leitores ópticos, atualização do PASSE nas fronteiras marítimas e equipamento;
 - Comunicações: capacidade da rede informática, reforço e atualização das comunicações móveis (SIRESP e telemóveis)
 - Técnico/Operacional: equipamento de segurança e armamento

UO: DR CENTRO				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Consolidação e agregação de conteúdos no sítio da DR Centro na Intranet do SEF, visando a uniformização ao nível da instrução processual	Nº de ficheiros agregados	Sítio DR Centro Intranet SEF	2016
2	Dinamização do programa “SEF vai à Escola” com especial incidência nas escolas profissionais	Nº de ações desenvolvidas	Sinalizações registadas	Desenvolver uma ação em 80% dos casos sinalizados
3	Reforço da fiscalização da atividade de estrangeiros em território nacional mediante a rentabilização dos meios operacionais	Nº total de ações envolvendo duas ou mais unidades operacionais da DR Centro	Relatórios operacionais / RAO	Aumento de 10%
4	Reforço da articulação operacional com outras Forças e Serviços de Segurança	Nº total de ações	Relatórios operacionais / RAO	Aumento de 20%
	Reforço da coordenação operacional ao nível do combate e prevenção do Tráfico de Seres Humanos	Nº de ações operacionais coordenadas pelo DRIF com impacto regional	Relatórios operacionais / RAO	Aumento de 20%
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> As dificuldades são crescentes ao nível dos recursos humanos em quase todas as unidades orgânicas da Direção Regional. A instrução processual é cada vez mais complexa e exige uma aposta no reforço de funcionários e na sua formação contínua. Importa criar mecanismos de rotação no pessoal adstrito ao atendimento, de forma a dar cabal cumprimento à natural exigência de qualidade. Impõe-se criar e disponibilizar modelos de formação que ultrapassem o paradigma da formação em sala e que possam constituir desafios para todos os recursos humanos (ex. - plataformas de formação online). Ao nível da CIF são evidentes maiores dificuldades nos postos de fronteira (PF206 e PF207). O parque de viaturas, não obstante o reforço de 3 novas viaturas ligeiras concretizado em 2015, continua a representar uma preocupação crescente pela idade e pelos custos associados s reparações cada vez mais frequentes e profundas. É uma questão transversal a todas as unidades orgânicas. A dotação de meios e equipamentos operacionais deve ser cada vez mais uniforme e abranger toda a estrutura operacional incluindo-se aqui as delegações regionais, de forma a potenciar os resultados. <p>Uniformização de procedimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento do sítio de INTRANET da DR Centro visa contribuir de forma autónoma para a sistematização da instrução processual, preenchendo dessa forma um constrangimento que subsiste a vários níveis da atuação do SEF. 				

UO: DR LISBOA, VALE DO TEJO E ALENTEJO
I – Objetivos

N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Aumentar o número de fiscalizações a entidades empregadoras	Número de acções	Relatórios de operações	Aumento de 2%
2	Garantir elevadas taxas de conclusão dos procedimentos instaurados de afastamento coercivo	Taxa de conclusão dos procedimentos	Relatórios concluídos	Aumento de 5%
3	Garantir um elevado nível de serviço na conclusão dos procedimentos contra-ordenacionais	Taxa de conclusão dos procedimentos	Relatórios concluídos	Conclusão de 70%
4	Dinamizar o Programa SEF em Movimento nas suas diferentes vertentes	Parcerias locais Protocolo DGRSP SEF vai à Escola	Relatório anual	Aumento de 5% Aumento de 10% Aumento de 10%

II - Observações e Constrangimentos
Notas relativas aos indicadores de desempenho:

- No âmbito do SEF vai à Escola a dinamização do projecto depende essencialmente das tutelas MAI e ME, conforme decorre do protocolo;
- Indicador 2: N.º de procedimentos de afastamentos concluídos em 2016 / N.º de procedimentos de afastamentos concluídos em 2015 – 1
- Indicador 3: Número de procedimentos contra-ordenacionais concluídos / Número de procedimentos contra-ordenacionais instaurados

Nota relativa a necessidades de recursos humanos:

- A escassez de recursos humanos na DRLVTA foi agudizada durante o ano de 2014 com a saída de 12 trabalhadores, 10 por Mobilidade Interna e 2 por aposentação;
- Acresce ainda a ausência prolongada de 2 colaboradores da DRLVTA/AAA e de 1 da Delegação Regional de Setúbal.

UO: DR MADEIRA				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Reforçar a prevenção e combate à imigração ilegal, à criminalidade associada aos fenómenos migratórios e ao tráfico de seres humanos nas fronteiras marítimas.	Nº total de fiscalizações realizados em, todos os cais de embarque e desembarque	Mapas estatísticos do GEPF	Aumento em 20% relativamente ao ano de 2015
2	Intensificar fiscalização à circulação de cidadãos estrangeiros no espaço Schengen	Controlo de voos internos (Schengen)	Mapas estatísticos do GEPF	Aumento de 15% (24 voos no ano 2015)
3	Diminuição dos prazos de decisão nos procedimentos administrativos (competência decisores DRM)	Prazo médio de prolação dos despachos	Relatórios SIGAP e Mapas Internos de controlo do trânsito Processual	20 dias uteis
4	Potenciar o Controlo das Unidades Hoteleiras no que concerne ao cumprimento da obrigatoriedade de comunicar os estrangeiros alojados nos prazos definidos pela Lei	Nº médio mensal de ações de fiscalização	Mapas de atividade remetidos ao GEPF e os relatórios de atividade do DRIF	8 ações de fiscalização

UO: DR NORTE				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Intensificar o combate à utilização de mão de obra ilegal através do reforço da actividade inspectiva junto das entidades empregadoras	Nº total de ações	RAO	Aumento 5%
2	Aumentar a taxa de conclusão dos procedimentos instaurados de afastamento coercivo	Nº de propostas de decisão	SII	Aumento de 5% face a 2015
3	Aumentar as taxas de conclusão dos procedimentos contra-ordenacionais	Nº de propostas de decisão	SCO	Aumento de 10%
4	Aumentar a taxa de conclusão de inquéritos	Nº total de relatórios finais remetidos ao MP	SIIPAI	Aumento de 10%
5	Aumentar o controlo automático de fronteira no PF003	Nº de passageiros que utilizam o RAPID	RAPID	Aumento de 5%
6	Melhorar a qualidade da instrução processual	Redução dos prazos de decisão do procedimento	SIIP e SIGAP	Cumprimento dos prazos legais
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Nota relativa a necessidades de recursos humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> A carência de recursos humanos que se consolidou de forma dramática durante o ano de 2015, será o obstáculo principal ao cumprimento dos objectivos propostos 				

UO: DIREÇÃO DE FRONTEIRAS DE LISBOA
I – Objetivos

N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Simplificar os procedimentos da Direção de Fronteiras de Lisboa	Número de procedimentos simplificados	Relatório DFL	4
2	Criar uma unidade de controlo de fronteira de 2ª linha (com afetação exclusiva de elementos)	Tempo / Execução	Despacho interno	1.º semestre
3	Criar junto do CCO uma subunidade de Análise e tratamento de Informação e Risco da DFL (coordenação operacional do GTF)	Tempo / Execução	Despacho interno	2.º semestre
4	Maximizar a utilização das gates RAPID no Aeroporto de Lisboa.	Volume de passageiros	Relatório RAPID	Incremento de 5%
5	Reduzir o consumo de papel mediante a instalação da receção de fax através do correio eletrónico institucional (parceria GSI)	Tempo / Execução	Instalação de sistema	1.º semestre

Atividades Relativas à Administração Pública

UO: GABINETE DE RECURSOS HUMANOS				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Inserção informática dos dados relativos a férias, faltas e licenças do pessoal	Data de inserção	SRH	100%
2	Realização dos procedimentos tendentes ao recrutamento/mobilidade de pessoal, quando determinado superiormente	Data de entrega	SRH	100%
3	Execução dos procedimentos legalmente previstos para a movimentação/colocação de pessoal, sempre que superiormente determinado	Data de entrega	SRH	100%
4	Elaboração de informações de carácter técnico/jurídico sobre questões colocadas a este Gabinete	Data de entrega	Processos individuais	100%
5	Elaboração de todos os procedimentos respeitantes ao SIADAP 2 e 3	Data de entrega	Processos individuais	100%
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Notas relativas aos indicadores de desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> Obj. 1: a meta de 100% corresponde às inserções efetuadas até dia 30 do mês seguinte; Obj. 2: a meta de 100% corresponde ao cumprimento de 80% dos prazos legais; Obj. 3: a meta de 100% corresponde ao cumprimento dos prazos superiormente determinados; Obj. 4: a meta de 100% corresponde ao cumprimento dos prazos superiormente determinados; Obj. 5: a meta de 100% corresponde ao cumprimento dos prazos superiormente determinados. <p>Nota relativa a necessidades de recursos humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> O GRH carece do reforço do efetivo com dois assistentes técnicos, sob risco de rutura e incumprimento dos objetivos delineados. 				

UO: GABINETE JURÍDICO				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Apresentar uma taxa de realização anual de 75% dos processos distribuídos aos juristas	Taxa percentual de processos realizados	Ficheiro de registo de informações/pareceres	75%
2	Implementação do sistema informático dos tribunais adm e fiscais para apresentação de peças por via electrónica	Tempo	Documental	Até ao final do ano
3	Participação em acções de formação	Taxa percentual de funcionários	Registo Gesformação	70% dos funcionários
4	Elaboração e consolidação de projectos de transposição de directivas	Quantidade	Informações relevantes	2 projectos

UO: GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E FORMAÇÃO
I – Objetivos

N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Implementar o Programa REM 2015-2016	Taxa de realização	Relatório Execução	85%
2	Apresentar Plano Estratégico Plurianual	Execução Física	Remessa do Plano à DN (e-mail)	1.º semestre
3	Elaborar relatórios de informação estatística sobre a atividade do SEF	Execução Física	RASI RIFA	1.º semestre
4	Apresentar proposta para a racionalização de gestão arquivística e documental	Execução Física	Remessa da proposta à Direção Nacional (e-mail)	1.º semestre
5	Acompanhamento e implementação do FAMI e FSI	Execução Física	Relatório de implementação dos programas	2º Semestre
6	Promover a qualificação dos colaboradores do SEF	Número total de formandos	Relatório Anual de Formação	1.800

II - Observações e Constrangimentos
Nota relativa a necessidades de recursos humanos:

- O GEPF carece do reforço do efetivo: 1 técnico superior BAD, 2 peritos em imigração e asilo, 2 técnicos superiores e 2 assistentes técnicos.
- O acompanhamento e implementação da área de projetos está diretamente relacionada com a abertura de *calls* por parte da SG MAI e com os prazos de contratação pública.

UO: GABINETE DE INSPEÇÃO
I – Objetivos

N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Instrução processual do GI	Tempo médio de instrução	Lei 35/2014 (LGTFP) e CPA	100%
2	Intensificar as ações de controlo interno (Art 16/1 Dec-Lei 240/2012 a unidades orgânicas)	Art 16/1 Dec-Lei 240/2012	Nº Inspeções Realizadas	50%
3	Desmaterializar os processos do GI.	Processos por desmaterialização	Registos GI	50%
4	Monitorização da aplicação das recomendações. (Art 16/1/2 Dec-Lei 240/2012)	Inspeções extraordinárias Follow Ups	Relatórios e registos Estatístico GI	100% 60%
5	Executar ações de formação internas em direito disciplinar	Nº ações de formação	Registos GI e GEPF	2

II - Observações e Constrangimentos
Notas relativas aos indicadores de desempenho:

- Indicador 1: TMI = S (Tempo Instrução de cada processo / Prazo Legal de cada processo) / N.º Processos – 1
- Indicador 2 – Art 16/1 Dec-Lei 240/2012
- Indicador 3 (Digitalização/microfilmagem de todos os processos registados e arquivados até 2006): TD = (N.º Processos até 2006 Desmaterializados / N.º Processos até 2006) – 1

Nota relativa a necessidades de recursos:

- O GI carece do reforço do efetivo, nomeadamente 1 Inspetor Coordenador e 1 Inspetor Chefe, sendo que os recursos humanos disponíveis são escassos para os objectivos propostos;
- Alguma flutuação do efectivo disponível (baixa, comissão de serviço ou transferência) transmite alguma incerteza quanto aos recursos humanos necessários para o desempenho das missões previstas;
- Necessidades de equipamento informático, imagem e comunicações: 2 PC, 1 PC Portátil, 1 impressora cores, 1 telefone, 1 máquina fotográfica.

UO: GABINETE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Garantir a conformidade dos sistemas de informação europeus	Taxa de conclusão do projeto	Preparação da avaliação Schengen (NSIS)	75%
		Taxa de conclusão do projeto	Implementação de uma solução de Disaster Recovery para NSISII	75%
		Taxa de conclusão do projeto	Desenvolvimento e implementação da nova versão de NSISII e WSIR	75%
		Taxa de conclusão do projeto	Reestruturação da PKI	50%
		Taxa de conclusão do projeto	Adaptação do Sistema de Informação de Vistos aos requisitos europeus	100%
		Número de participações / Total de solicitações	Participação em produção de documentação técnica, conferências, seminários, reuniões, workshops no âmbito da CE/UE	90%
2	Reforçar a capacidade tecnológica dos sistemas de informação	Número de sistemas	Evolução Tecnológica ORACLE (PASSE PEP VIS NSISII WSIR APIS)	2
		Nº de sistemas migrados/nº total de sistemas	Evolução tecnológica do Diretório de Utilizadores e dos Sistemas Operativos	65%
		Taxa Conclusão Projeto	Evolução tecnológica do Correio Eletrónico	85%
		Nº de sistemas migrados/nº total de sistemas	Evolução tecnológica da infraestrutura VOIP/FOIP	35%
		Nº de Direções Regionais	Implementar mecanismos remotos de segurança de informação	2
3	Implementar um centro de instalação temporária	Taxa Conclusão Projeto	Projeto de desenvolvimento de aplicação informacional workflow (GESCIT) para a vertente de regresso e gestão do CIT	100%

UO: GABINETE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (continuação)
I – Objetivos

N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
4	Reforçar eficácia e eficiência do SEF	Número de Locais	Implementação de postos de fronteira com nova versão RAPID (Lisboa T2; Faro; Porto; Funchal, Madeira e portos marítimos)	1
		Nº de Direções Regionais	Disseminação do sistema de gestão de expediente (SGDOC)	1
		Percentagem de implementação nos postos de atendimento	Desenvolvimento e Implementação da 2.ª versão do SIGAP	50%
		Taxa Conclusão Projeto	Desenvolvimento e Implementação da 2.ª versão do SiPEP	100%
		Taxa Conclusão Projeto	Desenvolvimento nova versão da aplicação de Marcações	100%
5	Dinamizar a inovação tecnológica do SEF	Taxa de conclusão do projeto	Criação e implementação da nova versão do Portal do SEF (balcão de serviços digital - mySEF)	100 %
6	Potenciar a produção de estatísticas do SEFSTAT	Taxa Conclusão Projeto	Projeto de desenvolvimento e Implementação da 2.ª versão do SEFSTAT	70%
7	Promover a qualificação dos colaboradores do SEF	Nº de ações	Realizar ações preventivas, formativas e corretivas junto dos utilizadores	2
		Nº de ações de formação por colaborador	Frequentar ações de formação nas tecnologias de informação e comunicação mais recentes	1

II - Observações e Constrangimentos
Nota relativa a necessidades de recursos:

- Necessidade de 8 especialistas informáticos e 6 técnicos informáticos;
- Necessidade urgente de formação e progressão na carreira dos Recursos Humanos internos;
- A escassez de recursos humanos implicará, para que se atinjam os objetivos, a contratação externa de serviços
- Necessidade de renovar o parque automóvel (4 veículos), uma vez que os existentes estão obsoletos colocando em causa a segurança dos condutores e passageiros;
- Aquisição de licenciamento, servidores, equipamentos de comunicações e voz, de eGates, estações de trabalho, digitalizadores e impressoras

UO: DIREÇÃO CENTRAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Prazo médio de pagamento	Dias	GERFIP	35
2	Promover o início dos 80% processos distribuídos	Dias	Documento Excel	7
3	Pedido de reembolso de operações à Frontex	Dias	e-mail	7
4	Assegurar as manutenções corretivas das instalações	Dias	Requisição oficial	5
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Nota relativa a necessidades de recursos humanos:</p> <p>O cumprimento das principais atribuições da DCGA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta e gestão da execução do orçamento através da verificação, liquidação e pagamento das despesas autorizadas bem como das alterações orçamentais; • Conta de gerência e orçamento e disponibilização de outros dados contabilísticos e prestação de contas; • Inserção e execução de todos os processos de aquisição e contratação pública de bens e serviços; • Gestão e manutenção de equipamentos e instalações; • Inventariação de bens; • Assegurar a constituição, reconstituição, liquidação e pagamento dos fundos maneios; • Gerir o parque automóvel; • Pagamento de despesas, remunerações e abonos a todo o pessoal; <p>deverá ser acautelado mediante o reforço do efetivo nas carreiras técnica superior (6) e assistente técnica (4).</p>				

Atividades Relacionadas com a Diplomacia e Relações Internacionais

UO: GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COOPERAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
1	Atendimento de chamadas da linha do Centro de Contacto durante o ano de 2016	Rácio de chamadas atendidas por operador	Cisco Unified CCX Historical Reports	De 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2016 - Atendimento de 240.000 chamadas
2	Resposta aos e-mails da Caixa de Correio das Associações e outras entidades de apoio a Imigrantes	E-mails respondidos	Hp OpenView Service Desk	Resposta em 2 dias úteis
3	Resposta aos e-mails SEF-Centro de Contacto	E-mails respondidos	Hp OpenView Service Desk	De 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2016 - 8.000 e mails respondidos
4	Coordenação da organização e acompanhamento de visitas/reuniões de trabalho de âmbito bilateral e multilateral de entidades estrangeiras ao SEF	Execução do Programa de trabalho	Agendas de trabalho elaboradas	Atingir 5 visitas
5	Promover resposta a pedidos de parecer, notas, memorandos e questionários no âmbito das relações internacionais e de cooperação	Prazo médio de resposta (Preparação e envios de resposta)	Caixa de correio GRICRP (email)	3 dias úteis
6	Promover execução de pelo menos cinco (5) ações do SEF no quadro da CPLP e da cooperação bilateral e multilateral	Execução das ações de cooperação	Relatório de atividades e/ou nota informativa GRICRP	Atingir 5 Ações
7	Coordenar gestão dos projectos de colocação de OLI's em Cabo Verde e Angola	E-mails /comunicações enviadas	Caixa de correio GRICRP (e-mail)	Envio dos relatórios finais à COM/2 informações
8	Acompanhamento da implementação da Agenda Comum Migração e Mobilidade com o Brasil	Execução das actividades	Documentação produzida	Participação em 3 actividades
9	Promover a participação do SEF a nível internacional, nas reuniões da UE e outros fora internacionais, através da elaboração de propostas de deslocação	Apresentação de propostas fundamentadas 48h após despacho de designação do perito	Relatório de monitorização	Proceder à apresentação de propostas no prazo máximo de 3 dias
10	Elaboração de agendas anotadas e pastas preparatórias de reuniões de importância para o SEF	Execução de agendas e pastas	Agendas e pastas elaboradas	Solicitação de contributos técnicos 3 dias antes da reunião/1 dia antes da reunião entrega da pasta
11	Elaboração de contributos para respostas no âmbito das obrigações do Estado português enquanto parte de diversas organizações internacionais nas áreas de competência do SEF	Execução de agendas e pastas	Agendas e pastas elaboradas	Resposta 1 dia antes do prazo
12	Promover resposta aos e-mails chegados dos cidadãos às caixas gricrp.rp@sef.pt e sef@sef.pt	Prazo médio de resposta (Preparação/reencaminhamentos envios de resposta)	Caixa de correio GRICRP (e-mail)	3 dias úteis

UO: GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COOPERAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS (continuação)				
I – Objetivos				
N.º	Objetivo	Indicador de Medida	Fonte de Verificação	Meta
13	Análise/Resposta reclamações livro amarelo + relatório semestral e anual com principais conclusões + estatísticas a nível nacional	Prazo médio de resposta (preparação e envios de resposta)	Registo SGDOC	Prazo legal 20 dias úteis. Produção de 1 relatório
14	Organização e acompanhamento de eventos do SEF + iniciativas no âmbito de Planos Nacionais que o SEF integra	Nº. de Conferências, colóquios, seminários, protocolos	Eventos	6 eventos/iniciativas
II - Observações e Constrangimentos				
<p>Nota relativa a necessidades de recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos humanos face ao volume de trabalho – necessidade de um assistente técnico; • Necessidade de preenchimento do Núcleo do GRICRP; • Na sua maior parte, a execução das actividades propostas depende da disponibilidade financeira e de factores de oportunidade política que são externos ao Gabinete. Por outro lado, tratando-se de um Gabinete que desenvolve muita actividade de assessoria, cerca de 80% do seu trabalho é direccionado para dar resposta a solicitações várias e inopinadas, impossíveis de planear; • A especificidade do trabalho desenvolvido na área das Relações Públicas, relacionado com a imagem do SEF e com a necessidade constante de produção de layout e materiais, considera-se imprescindível a aquisição de uma nova impressora a cores de grande formato (capacidade de imprimir em formatos maiores que o simples A4). 				